

A GESTÃO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA NO CEARÁ: ANÁLISE DO MODELO GERENCIAL DE RESULTADOS

Renata Abreu Silvério
Professora da Rede Estadual de Ensino do Ceará

Prof. Dr. Francisco Carlos Araújo Albuquerque
CED-UECE

Resumo: O estudo pretende analisar o modelo de gestão gerencial proposto nas escolas estaduais de educação profissional (EEEP's) do Estado do Ceará. O intuito é discutir como essa proposta de gestão influencia a educação cearense e quais contornos ela estabelece nas escolas de ensino profissional integrado do Ceará. Além disso, procuraremos analisar qual o papel do Projeto Diretor de Turma diante desse cenário. Após uma apreciação do percurso ideológico e político da educação profissional no Brasil, buscaremos realizar uma retrospectiva dos documentos e teses que fundamentam as políticas educacionais que implantaram as EEEP no Ceará. Depois, objetivamos realizar um estudo de caso de duas escolas profissionais localizadas em Fortaleza. As principais preocupações suscitadas referem-se às intenções do modelo de gestão gerencial e quais implicações sociais serão destinadas ao cenário educacional do Ceará. Por outra, observamos que a cultura organizacional e as prerrogativas dessa perspectiva de gerenciamento podem ser utilizadas como instrumentos de coerção e controle social.

Palavras-chave: Educação profissional, modelo de gestão gerencial, Escolas Estaduais de Ensino Profissionalizante, TESE, Projeto Diretor de Turma

INTRODUÇÃO

Esse trabalho pretende inserir-se nas questões relativas à educação profissionalizante integrada ao ensino médio do Estado do Ceará, que objetiva a inserção dos estudantes no mercado de trabalho. O texto é uma versão da monografia que desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, curso de especialização em Gestão Escolar. O mesmo propõe fazer uma análise do modelo de gestão proposto nesse segmento educacional, que adota um modelo gerencial de resultados.

.A educação cearense passa, desde a criação das EEEP's (Escolas Estaduais de Educação Profissional), por um momento de transição e transformação. Geram-se, a partir desse processo de mudanças, inúmeros questionamentos dos envolvidos no processo de ensino, sobretudo professores. É recorrente, durante o intervalo em uma escola estadual de ensino regular, os comentários e questionamentos levantados sobre esse novo projeto de ensino. Os professores e gestores têm suas opiniões e considerações; alguns favoráveis, outros desfavoráveis. A maioria apresenta certo ressentimento pelo número de verbas e aparelhagens que essas escolas recebem, em

detrimento das escolas de ensino regular. A maioria das histórias e depoimentos proferidos, informalmente, reveste-se de um tom, que muitas vezes, beira ao lúdico e mitológico. É inconteste que a nova modalidade de educação criou um abismo, que algumas vezes parece intransponível, entre as escolas estaduais de ensino profissional e as escolas estaduais de ensino médio.

Um dos pontos que mais gera controvérsias sobre as EEEP's é sobre o modelo de gestão proposto. Segundo alguns professores, esse modelo, totalmente calcado na concepção gerencialista, com enfoque em resultados e dados numéricos, gera uma sensação de controle exacerbada pela preocupação com índices e resultados. Um projeto, primeiramente implantado nas escolas de educação profissional e posteriormente ampliado a todas as escolas estaduais do Ceará, que gera também muitas controvérsias sobre sua aplicabilidade nas escolas de ensino regular é o Projeto Diretor de Turma.

O Projeto Diretor de Turma, implantado desde 2008, objetiva uma incorporação dos alunos e comunidade escolar, incentivando e realizando atividades que promovam uma aquisição de aprendizagens significativas que levem ao sucesso escolar e à motivação para o mercado de trabalho. O projeto foi apresentado em 2007, trazendo como exemplo a implantação desse projeto em algumas escolas de Portugal. Desde 2011, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará ampliou a abrangência do projeto a todas as escolas estaduais do Estado, através de uma adesão das escolas a essa proposta.

Portanto, diante da riqueza de questionamentos, fez-se necessário desenvolver uma pesquisa, que objetiva analisar esse modelo gerencial de resultados que se encontra nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. A centralidade da gestão está no bojo das questões vindas dos anos 1990, período de consolidação das reformas educativas conservadoras no Brasil. Tais reformas têm seus aspectos específicos quando se trata de ensino médio e educação profissional. Procuraremos discutí-los para fundamentar nossa análise sobre o projeto de escola profissional cearense. O tema do item seguinte é a proposta de gestão e de cultura organizacional nas escolas profissionais estaduais, posto modelo TESE e no Projeto Diretor de Turma.

A metodologia utilizada, em primeira instância, foi a pesquisa documental e bibliográfica, de caráter qualitativo, através de fontes primárias (documentos e decretos que estabelecem a educação profissionalizante integral da esfera estadual e federal) e fontes secundárias (através de publicações científicas sobre o tema estudado). À posteriori, a pesquisa deve se encaminhar através de estudo de caso em duas Escolas

Estaduais de Educação Profissional, localizadas em Fortaleza: a EEEP Joaquim Nogueira e a EEEP Creuza do Carmo Rocha. O estudo de caso se dá através da técnica de observação direta intensiva, com a realização de observações e entrevistas, que objetivam a compreensão dos atores do processo educativo sobre o modelo de gestão implantado nessas escolas de formação profissional (ALVES-MAZZOTTI, 2003).

Neste cenário, buscamos entender a concepção de gestão efetivada nas escolas profissionalizantes do Ceará e analisar criticamente os modelos de gerenciamento propostos pela Secretaria de Educação do estado, em consonância com as políticas educacionais criadas para o ensino médio de currículo integrado.

1. Um pouco de História da Educação Profissional do Brasil: da gênese à reforma do Estado nos anos 1990

Os primeiros indícios de uma educação marcada pelo contorno profissionalizante data do século XIX, com a criação do Colégio das Fábricas pelo príncipe Regente, em 1809. Ao longo desse século foram criadas instituições voltadas para o ensino das primeiras letras e ofícios, destinado aos jovens miseráveis, partindo de princípios assistencialistas.

A partir do início do século XX, houve um esforço na organização do ensino profissional, mudando o foco assistencialista para uma preparação de operários ao exercício profissional:

Desnecessário dizer que essa educação profissional era endereçada à classe pobre, uma vez que a classe média não aspirava para seus filhos a outras profissões que não fossem as liberais (MANFREDI, 2002, apud GOMES; CAPANEMA; CÂMARA; CABANELA 2006, p. 15).

No século seguinte, transformações sociais e econômicas, ocorridas durante os anos das décadas de 1930 e 1940, impulsionaram a importância da educação nacional. A educação profissional teve definições promulgadas por leis específicas de cada setor econômico, além de incentivos à formação docente de professores do ensino médio.

O ensino médio compreendia cinco ramos: secundário, dirigido ao exame vestibular para a educação superior; o agrícola, destinado a preparar trabalhadores para o setor primário da economia; o industrial, para qualificar pessoal para o setor secundário da economia; o comercial, para treinar pessoas para o setor de serviços; e o normal, para preparar professores para as escolas primárias. Essa estrutura perdurou até 1961, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 4.024/61. (GOMES; CAPANEMA; CÂMARA; CABANELA 2006, p. 15)

Em 1961, foi aprovada a Lei nº 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que não gerou mudanças significativas para a educação profissional. Foi

somente a partir de 1971, durante o governo militar, que se aprovou a Lei nº 5.682/71 que instituiu o ensino médio profissionalizante obrigatório para todos, intimamente relacionado aos programas de desenvolvimento do Governo Federal. Essa compulsoriedade do ensino médio profissional objetivava mascarar a real desigualdade do Estado, através de uma falsa promessa de “milagre econômico” que necessitava de uma enorme demanda de mão de obra qualificada. Na prática, essa proposta empobreceu a formação geral do estudante em detrimento a um ensino profissionalização instrumental destinada ao “mercado de trabalho”, além de não corresponder às aspirações da classe média, que preferia uma escola propedêutica aos estudos de nível superior.

A profissionalização obrigatória vai desaparecendo durante todos os anos das décadas de 1970 e 1980, principalmente, com a promulgação da Lei nº 7.044/82, que flexibilizava sua adoção. Essa lei significará a alforria do setor privado que, de a muito, rejeitava a compulsoriedade da profissionalização no 2º grau. Na década de 1990, quando se cria uma nova LDB, a Lei nº 9.394/96, ela separa o ensino profissional do ensino médio e estabelece as ETF (Escolas Técnicas Federais), as EAF (Escolas Agrotécnicas Federais) e outras instituições estaduais isoladas. A educação seria, portanto, articulada ao Ensino Médio, como estabelece o artigo 40 da referida lei: “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (LDB, 1996). Um ano depois, em 1997, o governo lançou o decreto 2.208/97 que promovia uma “Reforma da Educação Profissional” que estabelecia a extinção da integração entre educação geral e profissional, a priorização das necessidades do mercado e a desobrigação do Estado em custear a educação profissionalizante. Essa medida foi largamente criticada pelos acadêmicos da educação, pois permitia a fragmentação do ensino, aos moldes do que já ocorrera nos anos de 1940.

Para entendermos a fundo essas reformas, temos que compreender que os anos da década de 1990 foram marcados por inúmeras transformações no setor educacional. Para entendê-las, adequadamente, devemos nos inserir no contexto de mudanças e reestruturações que o sistema capitalista sofreu durante o seu período de expansão. Segundo Saviani, o entendimento da história da educação está intimamente ligado à compreensão das transformações do capital: “—não é possível, portanto, compreender

radicalmente a história da sociedade e, conseqüentemente, a história da educação contemporânea, sem se compreender o movimento do capital.” (SAVIANI, 2005, p. 17)

Diante da mudança nos processos de produção e organização do trabalho, a necessidade de novos perfis de trabalhadores que se adequassem ao processo flexível de produção capitalista gerou estudos que propunham uma nova formação escolar. Esse novo modelo de educação deveria ser capaz de formar uma mão-de-obra qualificada para competir no novo reordenamento mundial, que promove a “mundialização do capital” (através da globalização) em que na ótica do capital, é fruto do desenvolvimento, na qual a competitividade e a lógica de mercado são fundamentais para o avanço social.

Essa nova lógica de mercado sugere um novo papel do Estado, através de uma descentralização das funções estatais para um repasse gradual de funções sociais, antes responsabilizadas ao Estado, para a dimensão privada. Na prática:

Ainda que questionem os excessos da proposta neoliberal de um Estado mínimo, Pereira anuncia a necessidade de Reforma do Estado, no intuito de “limitar suas funções como produtor de bens ou serviços e, em menor extensão, como regulador” (PEREIRA, L. C. B., 1998, p. 23). Ou seja, a ação governamental pautava-se na indicação que outros agentes da sociedade civil passassem a substituir a ação estatal no favorecimento e manutenção tanto na infra-estrutura quanto dos serviços. (ADRIÃO. 2006 p.36)

As políticas neoliberais, em consonância com a reestruturação da produção capitalista, produziram um discurso amplamente difundido: A qualidade da educação, modernização da escola, competitividade, produtividade, vocacionalização, dentre outros. O Brasil incorpora, amplamente, esse discurso, a partir da década de 1990, com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele dá prosseguimento à visão do Estado mínimo articulador das transformações.

O contexto internacional influencia o novo modelo de Estado brasileiro expresso através de uma agenda de reformas, destacando o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que objetivava a consolidação da estabilidade econômica, através do Plano Real; e a construção do desenvolvimento sustentado com base na equidade social. A repercussão sobre o sistema educacional se dá de forma ambígua e descontinuada, o documento Plano decenal de educação para todos (1993-2003), cujo nome aludindo ao movimento mundial organizado pelas agências financiadoras do capital internacional, como BIRD/Banco Mundial, corrobora a ideologia neoliberal de incorporação da forma de gestão utilizada pela iniciativa privada. Posteriormente, a

Proposta de Governo Avança Brasil (1998-2002) fortaleceram a proposta de governo anterior, em que sinaliza a descentralização como estratégia para angariar a melhoria da qualidade da escola, normatizada em 1996, pela Emenda Constitucional nº 14/96.

Mais recentemente, o governo Lula propôs mudanças na educação profissional. Em 2003, através da Portaria nº 3621, foi criado o Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. O objetivo do fórum era criar uma interlocução entre Estado e sociedade civil. Já em 2004, cumprindo uma promessa de governo e atendendo a um clamor social, o presidente revogou o decreto nº 2.208/97 e, assim, (re-) possibilitou a integralização curricular do ensino médio ao ensino profissionalizante, além de retomar o financiamento público a essa modalidade de ensino. No mesmo ano, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica lançou o documento “Proposta de Política Pública para a Educação Profissional e Tecnológica”. Um dos objetivos da proposta era o de adequar a Educação Profissional ao desenvolvimento do país, articulando-a com o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos. Em 2006, o Decreto nº 5.840 instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Foi criada a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) que trabalha na construção de políticas públicas de qualificação e expansão da Educação Profissional e Tecnológica, em todo o território nacional.

No Ceará, em março de 2008, foi lançado o Plano Integrado de Educação Profissional e Integração Tecnológica do Ceará. Ele visava à integração do currículo do Ensino Médio ao Ensino Tecnológico, voltado ao mercado de trabalho. Tomando como ponto de partida os péssimos índices educacionais do Brasil, segundo o Banco Mundial, o plano objetiva diminuir a dívida histórica das péssimas condições da educação brasileira. Através da perspectiva da educação integral, o plano indissocia o ensino regular ao conhecimento tecnológico com enfoque na formação profissional, que permita o desenvolvimento socioeconômico do seu território de abrangência. Intimamente ligado às indicações da SETEC/MEC, o plano propõe expandir a rede de ensino profissionalizante no estado.

Em dezembro de 2008, o governo do Estado aprova a Lei nº 14.273 que dispõe a criação das Escolas Estaduais de Ensino Profissional. Através de financiamento, parte do governo do Estado e parte do FNDE, já inaugurou um total de 50 escolas profissionais e atende 28 mil alunos em todo o estado. A escola profissional de ensino integrado (EEEP) é um centro de educação da juventude que propõe a articulação do

ensino médio com a educação profissional. A habilitação técnica ocorre concomitante ao Ensino Médio regular, na mesma instituição de ensino e com matrícula única. A organização curricular das EEEP's se constitui de formação geral, cultural e científica em conjunto à formação profissional dos discentes. Durante sua implantação, em 2008, optou-se pelos cursos de Enfermagem, Informática, Turismo e Segurança do Trabalho. Em 2009, a oferta de cursos ampliou, sendo oferecidos os cursos de Enfermagem, Informática, Turismo, Segurança do Trabalho, Estética, Massoterapia, Agroindústria, Finanças, Edificação, Meio Ambiente e Produção de Moda. Além disso, a escola oferece em paralelo aos jovens que já concluíram o ensino médio e aos que estão no último ano do ensino médio o programa E-jovem que consiste em um curso de qualificação profissional voltado às áreas de informática e sistemas.

As EEEP's têm sua definição básica em um modelo de gestão denominado TESE - Tecnologia Empresarial Sócio Educacional. As EEEP tiveram como referência o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental – PROCENTRO, localizado em Pernambuco, que definiu os princípios básicos das escolas profissionalizantes do Ceará: Protagonismo juvenil, Formação Continuada, Tecnologia Empresarial e Níveis de Resultados. Na próxima seção, faremos uma análise detida do conceito de TESE e do Projeto Diretor de Turma.

1. A Gestão na escola profissional cearense: análise do modelo TESE (Tecnologia Empresarial Sócio Educacional) e do Projeto Diretor de Turma.

A TESE foi desenvolvida com o intuito de levar conceitos gerenciais ao ambiente escolar. Baseado na TEO (Tecnologia Empresarial Odebrecht), essa proposta de gestão tem como lema: “Quem não planeja não executa; quem não mede não sabe de nada”. A filosofia da TESE se assenta nos quatro pilares da educação contidos no relatório de Delors (1996): aprender a ser, a fazer, a conviver e a aprender. Um dos princípios da TESE é a elaboração anual de um Plano de Ação. Esse plano tem cinco premissas: a atitude empresarial de educadores e educandos, o protagonismo juvenil, a formação continuada dos professores, a corresponsabilidade, e a replicabilidade.

A TESE foi apresentada ao Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental – PROCENTRO (Programa de Implementação dos Centros de Ensino Experimental de Pernambuco), em Agosto de 2004, como uma alternativa de gestão aos Centros de Educação Experimental que viriam a ser implantados nesse mesmo ano em Pernambuco. A ideia desse modelo de gestão partiu do ex-presidente da Philips e atual

presidente do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE), Marcos Magalhães, que fora aluno do ginásio pernambucano. Depois de alguns anos longe da realidade educativa, ele retornou ao Ginásio e encontrando diversos problemas, propôs ao Governo de Pernambuco uma parceria, criou o ICE e aplicou essa filosofia de gestão no ginásio. Após os resultados positivos, o modelo foi expandido rapidamente para outras escolas. O Governo do Estado do Ceará implantou esse modelo de gestão desde 2008.

A atitude empresarial envolve a avaliação dos resultados que são diretamente proporcionais ao ciclo de vida da organização: sobrevivência, crescimento e sustentabilidade. Cada um desses níveis é suporte para o seguinte. Não são estáticos, interligam-se. :

“Nela, a projeção dos resultados esperados e respectivos indicadores geram relatórios claros e objetivos, permitindo o acompanhamento por todos os parceiros internos e externos e, por conseguinte, a retroalimentação das informações necessárias para os ajustes e redirecionamentos no projeto escolar.

(...)A **educação de qualidade** deve ser o **negócio** da escola - o que ocupa a mente de cada um dos seus integrantes, de acordo com suas áreas específicas; deve gerar resultados – satisfação da comunidade pelo desempenho dos educandos, educadores e gestores. Todos estão a serviço da comunidade e dos investidores. (p. 08)

(INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO, Manual TESE)

O Projeto Diretor de Turma chegou ao conhecimento da Secretaria de Educação do Ceará através do XVIII Encontro da ANPAE – Seção do Ceará, em 2007. Esse projeto é uma ação desenvolvida nas escolas públicas de Portugal e foi trazido para o Brasil, primeiramente, integrado ao Projeto das Escolas Profissionais, e, desde 2010, o projeto se estendeu às Escolas Regulares. O Professor Diretor de Turma é escolhido dentro da escola para atender especificamente a uma turma. Ele é responsável pela elaboração de um dossiê, com as mais diversas informações daquela turma e que contem os resultados e dados estatísticos dos alunos durante todo o ano letivo, proporcionando uma caracterização da turma. Os dados são divulgados periodicamente aos pares e faz-se uma análise qualitativa dos resultados, durante uma reunião denominada de Reunião Intercalar. Assim como o modelo de TESE, o Projeto Diretor de Turma se assenta nos quatro pilares da educação contemporânea de Delors.

Uma das principais atribuições do professor Diretor de Turma é conhecer as especificidades de cada aluno da sua turma e empenhar-se para lograr o sucesso da turma, que se considera: Diminuição do índice de evasão, incremento de atividades extraclasse, melhora dos rendimentos dos alunos na escola (assiduidade, comportamento, etc.), eliminação do fracasso escolar, monitoramento dos alunos face à diversidade escolar, incentivar o protagonismo juvenil, além de propor atividades de inclusão dos pais à escola. Além das atividades fora da sala, o professor diretor de turma ministra uma disciplina não curricular denominada de Formação Cidadã. A proposta dessa disciplina é formar cidadãos responsáveis, críticos e intervenientes.

Percebe-se, claramente, ao analisar os documentos que referendam o Projeto Diretor de Turma que há uma intensa sintonia entre o projeto das Escolas Profissionais e o Projeto Diretor de Turma. Esse projeto está amplamente alicerçado nessas escolas e tem a participação bastante efetiva dos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem das escolas profissionais. Apesar de escutarmos depoimentos de professores que se sentiram acuados diante do pretense “controle” exercido pelo projeto.

Por isso, faz-se essencial estudar a fundo esse processo que se dá entre o Projeto Diretor de Turma e o modelo de gestão com base em resultados, que remetem às empresas privadas. Afinal, essas políticas levam a uma nova tessitura dos padrões educacionais cearenses que merecem e precisam ser investigados, diante da possibilidade de adotarmos um discurso hipócrita e sem profundidade. A cultura organizacional que se instala nessa nova proposta de educação profissional necessita sofrer análises para a compreensão dos fenômenos que irão advir dessa mudança de paradigma da educação cearense. Segundo Cruz, Garcia, Oliveira e Bahia (2010, p. ?): “a cultura organizacional pode ser usada como mecanismo de controle sobre um grupo social. Nesta perspectiva, o poder é importante na constituição dessa cultura.”

2. Considerações Finais

A pesquisa procura compreender o universo escolar, nesse momento de transição da educação cearense, e a importância da gestão por resultados na concepção de escola profissional integrada. Os projetos TESE e Diretor de Turma são expressões do modelo gerencial na escola de ensino médio profissionalizante. Vindos da empresa privada, adota um modelo de gestão para aprendizagem, embasado nos ditames da produtividade

e da eficácia, nem sempre frutíferos num ambiente conflituoso e complexo como da escola pública que lida com outros parâmetros sócio-cognitivos.

Diante do percurso histórico vivido, ao longo dos anos, pela educação profissional brasileira, é importante que tenhamos um olhar mais apurado e crítico sobre as reformas estabelecidas nos últimos anos a essa modalidade de ensino. Face à descontinuidade de políticas públicas ao ensino profissional, é importante observarmos se não estamos nos deparando com mais uma política educacional sem perspectiva de perpetuidade.

Somando-se a isso, não se pode deixar de ressaltar que a cultura organizacional que pressupõe um modelo gerencial de resultados pode ser utilizada como mecanismo de controle pelas escolas e empresas. Portanto, é de suma importância proporcionar um estudo que viabilize um desvelamento das intenções do modelo de gestão gerencial e quais implicações sociais serão destinadas ao cenário educacional do Ceará.

3. Bibliografia

ADRIÃO, Theresa. **Educação e Produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado**. São Paulo: Xamã, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio. **Documento Base 2007**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 25 março de 2012.

_____. MEC: **DECRETO Nº 5.154, DE 23 DE JULHO DE 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a. 41 da Lei nº 9.394. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/proejadecreto5154.pdf> Acesso: 25 março de 2012.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB Nº 16/99**: Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index>> Acesso em: 25 março de 2012.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB Nº 39/2004**: Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Resolução CNE/CEB nº 1/2005, com base no **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb016_05.pdf>. Acesso em: 25 março de 2012.

CEARÁ. **LEI Nº 14.273, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008**. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, série 2, Ano XI, nº 245, 23 dez. 2008.

CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. *Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará*. Ceará: mar/2008. Disponível em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VpyrBu6MpyYJ:testeplo ne.sct.ce.gov.br/>> Acesso em: 20 abril 2012.

CRUZ, R.M.B.; GARCIA, F.C.; OLIVEIRA, M.A.M.; BAHIA, M.G.M. *A cultura organizacional nas empresas e nas escolas*. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. (org.) **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.54-74.

GOMES, C.A; CAPANEMA, C.F.; CÂMARA, J.S.; CABANELAS, L.C. *Educação e Trabalho: representações de professores e alunos do ensino médio*. Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação. Rio de Janeiro, v.14, n.50, jan./mar. 2006. p.11-26.

INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO– ICE. Manual Operacional – Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Sócio-educacional (TESE) – Uma nova escola para a Juventude Brasileira – Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4135:s educ-divulga-edital-de-selecao-de-professores-para-educacao-profissional&catid=133&Itemid=76> Acesso em: 10 fev. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório**. 7ªed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZZOTI, Alda Judith Alves. *Impacto da pesquisa educacional sobre as práticas escolares*. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. (orgs.) **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.33-48.

SAVIANI, Demerval. *Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação*. IN: LOMBARDI, José Claudinei;SAVIANI, Demerval; SANFELICI, Jose Luis (org). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas/SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESTADO CEARÁ (SEDUC). *Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará*. Ceará: mar/2008. Disponível em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VpyrBu6MpyYJ:testeplo ne.sct.ce.gov.br/>> Acesso em: 20 abril 2012.